

DESAFIO AMAZÔNICO O FUTURO DA CIVILIZAÇÃO DOS TRÓPICOS

SCT/CNPq

Programa do Trópico Úmido

EDITORA



UnB

A questão amazônica tem inquietado não só a comunidade científica mundial, preocupada com a preservação ambiental do planeta, mas também a comunidade política e econômica. Esse sentimento tem provocado muitos debates que colocam algumas questões fundamentais para a compreensão do trópico úmido.

Objetivando aprofundar uma discussão *multidisciplinar* sobre como responder ao desafio amazônico para empreender um processo civilizatório, a Universidade de Brasília e a Fundação Joaquim Nabuco realizaram o 4º Congresso de Tropicologia sobre o tema 'O Futuro da civilização dos trópicos'.

Os conferencistas (físicos, geólogos, agrônomos, biólogos, ecologistas, políticos) foram convidados pelo seu conhecimento e experiência nas diversas áreas envolvidas na construção conceitual que se pretendia elaborar.

Os temas básicos foram apresentados em nove conferências, divididas em quatro grandes grupos: o conceito de tropicologia; o homem

**DESAFIO AMAZÔNICO: O FUTURO DA
CIVILIZAÇÃO DOS TRÓPICOS**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Antonio Ibãnez Ruiz
Vice-Reitor: Eduardo Flávio Oliveira Queiroz

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

Antonio Agenor Briquet de Lemos (Presidente)
Cristovam Buarque
Elliot Watanabe Kitajima
Emanuel Araújo
Everardo de Almeida Maciel
José de Lima Acioli
Luiz Humberto Miranda Martins Pereira
Odilon Pereira da Silva
Roberto Boccacio Piscitelli
Ronaldes de Melo e Souza
Vanize de Oliveira Macêdo

Este livro contém trabalhos apresentados no 4º Congresso de Tropicologia, realizado em 1987, sob o patrocínio da Universidade de Brasília e da Fundação Joaquim Nabuco, e organizado por José Walter Bautista Vidal, que também participou da seleção dos textos incluídos neste volume.

A edição foi possível graças ao apoio recebido da Secretaria de Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa do Trópico Úmido, administrado pela Coordenação de Programas Estratégicos do CNPq. Também participou da produção desta obra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Energia da Universidade de Brasília.

**DESAFIO
AMAZÔNICO
DE FUTURO
A RECONSTITUIÇÃO
DOS TERRITÓRIOS**

Sergio de Salvo Brito (ed.)

SCT/CNPq
Programa do Trópico Úmido

EDITORA

UnB

Este livro ou parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização escrita do editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 – Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1990 by Editora Universidade de Brasília
Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Supervisão Editorial

Regina Coeli Andrade Marques

Equipe Editorial:

Amabile Pierroti
Fátima Rejane de Meneses
Regina Coeli Andrade Marques
Thelma Rosane Pereira de Souza
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Supervisão gráfica:

Antônio Batista Filho
Elmano Rodrigues Pinheiro

Capa:

Elmano Rodrigues Pinheiro

ISBN

85-230-0298-7

Dados de catalogação na publicação (CIP)
da Câmara Brasileira do Livro (CBL)

Desafio amazônico: o futuro da civilização dos
trópicos / Sérgio de Salvo Brito (ed.). – Bra-
sília : Editora Universidade de Brasília ; CNPq
1990.

247.p
90-1431

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Os trópicos e a civilização: antecedentes históricos de um tema atual Sérgio de Salvo Brito | 1 |
| Gilberto Freyre e a tropicologia Fernando de Mello Freyre | 17 |
| Modificações da Amazônia nos últimos 300 anos: suas conseqüências sociais e ecológicas Enéas Salati | 23 |
| <i>DEBATES</i> | 39 |
| Ecologia, limnologia e aspectos socioeconômicos da construção de hidrelétricas nos trópicos José Galizia Tundisi | 47 |
| <i>DEBATES</i> | 73 |
| Diversidade biológica, paradigma para uma civilização tropical Herbert Otto Roger Schubart | 87 |
| <i>DEBATES</i> | 99 |
| A Amazônia e o clima da Terra Luís Carlos Molion | 107 |
| <i>DEBATES</i> | 120 |
| Formação de maciços florestais nos trópicos Maurício Hasenclever Borges | 135 |
| <i>DEBATES</i> | 152 |
| A questão energética mundial e o potencial dos trópicos Luís Pinguelli Rosa | 165 |

| | |
|---|-----|
| <i>DEBATES</i> | 184 |
| Os trópicos e o Primeiro Mundo Senador Severo Gomes | 189 |
| <i>DEBATES</i> | 198 |
| Potencialidades para uma civilização dos trópicos José Walter Bautista Vidal | 213 |
| <i>DEBATES</i> | 232 |

OS TRÓPICOS E O PRIMEIRO MUNDO

Senador Severo Gomes

Vou procurar abordar o tema que me foi designado – Os Trópicos e o Primeiro Mundo – buscando uma visão cultural dessa questão, mesmo porque essa é uma vertente extremamente rica e certamente uma fonte de explicação dos acontecimentos.

Há algum tempo, talvez uns dez meses, a Universidade de São Paulo homenageou Ernesto Sábato. E ele, quando respondeu aos discursos feitos em sua homenagem, começou com algumas frases surpreendentes. Começou por dizer que tinha uma grande inveja do Brasil, e essa grande inveja, dizia ele, era porque nós tínhamos os negros. Vinda de um argentino, de um povo que sempre teve vocação européia e brancarrona, esta frase nos tocou profundamente. Mais ainda quando a desenvolveu, mostrando que todos nós somos muito prisioneiros de uma visão eurocentrista do mundo. Falou dos negros como uma raça que está próxima dos mistérios, que não está prisioneira daquelas categorias em que se organizou o pensamento ocidental, o qual, por maior que seja o seu acervo, por maior que seja sua riqueza (e talvez, em parte, por causa disto), tem grande dificuldade de explorar novos saberes, novas formas de percepção, novos caminhos para o entendimento do mundo. E a crítica ao eurocentrismo era ao modo de abordar a participação dos negros na vida de países como o Brasil, onde esta participação é tão grande, em todos os níveis. E, no final, ele falou, de uma forma belíssima, a respeito da música negra e de como ela, com uma forma extremamente sensível de percepção, acabou dominando a música mundial.

Ouvindo essa colocação, eu pensava na riqueza cultural que nós temos, incluindo nesta reflexão os povos indígenas. Eu havia passado alguns dias na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, entre os Ianomami, e, ao lado do seu ‘primitivismo’, notei uma grande sabedoria com relação a uma porção de questões vitais, como organização da sociedade, relações do homem com a natureza, educação dos filhos etc. Cheguei a trazer um dos chefes ianomamis à Universidade de Brasília, onde ele fez um belíssimo discurso, em ianomami, que as pessoas entendiam pela música das palavras. Era alguma coisa de extremamente misteriosa e sábia que estava sendo dita.

Passei alguns dias numa maloca ianomami onde havia uns 250 índios de várias idades e talvez umas 70 crianças. A observação da relação das crianças entre si e delas com suas famílias me levava a pensar que a nossa civilização foi construída com muita violência, e que isso está na sua matriz, na sua raiz, mas que não somos obrigados a permanecer nesse labirinto. Afinal, temos outras fontes de inspiração, de conhecimento do comportamento humano, que estão convivendo conosco dentro deste País. O problema é que, geralmente, as preocupações com as populações indígenas vão só no sentido de proteção de seres indefesos, e nunca se tenta considerar seu saber em todos os sentidos, seu conhecimento da natureza, seu sentimento com relação à vida humana, como uma fonte importantíssima de conhecimento e inspiração.

Lembro-me de ter ouvido do Prof. Darcy Ribeiro que a arte do desenho entre os índios kadivéus dificilmente encontra paralelo entre as grandes civilizações, tal sua riqueza em termos de variedade e beleza.

Daí a dificuldade que todos nós temos, dentro dessa formação eurocentrista, de nos livrarmos dessas categorias que hoje aí estão para organizar o nosso pensamento. De modo que acabamos por não entender tudo aquilo que não faz parte dessa organização, o que, de certa maneira, aprisiona o pensamento humano. Existe, é certo, uma riqueza, uma diversidade no pensamento ocidental: mas as distâncias entre Aristóteles e São Tomás de Aquino ou Averroés, por exemplo, são muito pequenas, são formas, vamos dizer, de elaboração, de aprofundamento, que se vieram compactando na história do pensamento, sempre com a idéia de construir grandes catedrais e com uma enorme limitação para a renovação da própria forma do conhecimento, para uma renovação da epistemologia humana.

Feita esta introdução, eu passaria para uma outra referência. Talvez elas possam parecer repetitivas, mas acho que isto ocorre porque acredito nelas.

No final do século XVIII, dizia o historiador Edward Gibbon que até aquela altura da vida humana o destino das civilizações era serem destruídas pela barbárie. A tecnologia rudimentar dos antigos permitia que três caceteiros derrotassem uma espada de bronze: então, a quantidade destruída a qualidade, com muita eficiência. Mas, continuava Gibbon, a partir de sua época as civilizações estariam preservadas, porque os novos canhões de bronze – e eles estavam iniciando a sua jornada militar para a ocupação da Índia – iriam protegê-las. Isto, evidentemente, dentro do seu conceito de civilização e imaginando que a Índia e a China eram povoadas de bárbaros: ou seja, dentro de uma visão européia do mundo.

Ora, a evolução tecnológica desde os canhões de bronze até as bombas atômicas de hoje guarda muita coerência e poderíamos dizer que o centro dessa civilização continua a ser preservado. O que vemos são movimentos na periferia, como é o caso da China, da própria Índia, tentando o seu renascimento, ou nas lutas no Vietnã ou no norte da África. Mas, de qualquer maneira, continuamos basicamente dentro das profecias de Gibbon.

Mas, ao lado dessa permanência no processo, é preciso lembrar que esses canhões de bronze estavam agindo para a dominação dos povos e dos mercados, e também para a dominação das mentes, de modo que o processo de hegemonia não necessitasse mais de armas, porque se implantaria entre os próprios bárbaros a visão alienada e a vontade de serem dominados.

Lembro-me de um trabalho de Joaquim Murinho, preparado para Campos Sales, graças ao qual ele mereceu o cargo de ministro da Fazenda: dizia que o Brasil não podia aspirar a um desenvolvimento industrial como o dos Estados Unidos, porque nós não tínhamos a qualidade de raça dos americanos. Quer dizer, ele já aceitava como fato incontestado que nós éramos absolutamente incapazes de realizar esse tipo de tarefa: a partir daí acaba-se sendo mesmo absolutamente incapaz.

Outro exemplo muito claro dessa alienação (e que guarda até relação com acontecimentos recentes) é o Tratado de Methuen, entre Portugal e Inglaterra. O embaixador inglês em Portugal, John Methuen (extremamente simpático e conhecido como Joãozinho, em Lisboa), percorria as vinhas do Douro para reunir aliados para convencer Portugal a fazer o tratado que levou seu nome, segundo o qual os portugueses não teriam tarifas aduaneiras para a exportação de seus vinhos para a Inglaterra mas, em compensação, também não imporiam tarifas aos tecidos ingleses. Se lembrarmos que, naquela altura, começo do século XVIII, a indústria têxtil era a vanguarda da Revolução Industrial, concluiremos que as decisões da cúpula portuguesa eram realmente no sentido de aceitar, sem saber, o duradouro colonialismo. Sem nenhuma vantagem para Portugal, ou para os produtores de vinho do Douro, pois a perspectiva de lucro fácil levou à superprodução de vinho e ao aviltamento de seu preço de venda: uma situação que só foi corrigida, em parte, com o Marquês de Pombal, mais de 50 anos depois, através da estatização do comércio de vinhos.

A referência ao embaixador John Methuen vem a propósito do atual embaixador americano no Brasil, Schalaudemann, que há trinta dias esteve na cidade de Franca discutindo com os fabricantes de calçados a importância de eles se aliarem aos americanos para destruir a Lei da Informática e a reserva de mercado nesta área. E eles estão mobilizados, estão vindo a Brasília, a Federação das Indústrias passou a lutar contra a Lei da Informática, de certa maneira algo muito parecido com o que aconteceu em Portugal no começo do século XVIII. A partir daí, o que pode acontecer? A mesma coisa que aconteceu lá, porque a indústria tradicional americana ou holandesa está-se modernizando, está-se informatizando, e amanhã estaremos sem informática e sem poder exportar os calçados. Estaremos realmente num país como foi Portugal ao final dos Bragança, aquela impotência diante do mundo, preocupados com bênçãos papalinas, ou que o Papa desse um solidéu vermelho para um cônego português.

Esta questão do saber do Ocidente, tão rico em tantos campos, tem um outro lado. Vamos dar um exemplo na ciência da Economia, e começamos a desconfiar da absoluta falta de neutralidade dela, porque uma ciência que justifica que se tire dinheiro dos países do Terceiro Mundo para equilibrar a economia do Primeiro é difícil de entender até mesmo nas categorias em que se organiza. O liberalismo econômico, tão em voga hoje no discurso dos economistas, pode até, dentro de um país, trabalhar no sentido de um aumento da igualdade na medida em que haja forças políticas capazes de construir leis que permitam que a liberdade não seja um instrumento de geração e perpetuação da desigualdade, como as leis que garantem preços mínimos para os pequenos produtores agrícolas, ou que estabelecem normas salariais ou garantem um nível mínimo de proteção ao trabalhador. Agora, no âmbito das relações internacionais, não há nenhuma lei que regule isso. Assim, dentro de uma sociedade, as forças políticas internas são capazes de fazer com que os valores da liberdade e da igualdade possam conviver; fora da lei, fora da força política que existe apenas dentro das nações, isso jamais irá ocorrer. Então temos esses fenômenos a que estamos assistindo hoje, ligados à

nossa dívida externa, à deterioração das relações de troca, às pressões políticas para conduzir a nossa economia, como é o caso da Lei da Informática. Já existem também projetos para impedir que outros avanços possam ser feitos na área da tecnologia de ponta, que hoje significa, na história da economia do mundo, o que foi a primeira Revolução Industrial, a indústria de tecidos, que desapareceu em Portugal na medida em que as mentes foram domesticadas para entender aquilo como uma solução boa, do mesmo modo como hoje vemos mentes brasileiras trabalhando sem nenhum horizonte histórico, sem nenhum projeto nacional e sem nenhum sentido de sobrevivência.

Não havendo uma ordenação de forças capazes de se contrapor a isso, a mão invisível de Adam Smith passa a ser pura e simplesmente batedora de carteiras, e não um princípio abstrato que informa as virtudes do mercado. Teríamos uma ordem econômica internacional montada sobre o princípio liberal, sem que haja forças que se possam contrapor – e com isto a permanência, o aprofundamento, da dominação e a escolha, pelo mais forte, dos campos, onde a atuação de cada um pode e deve ser levada.

E qual é o grande instrumento dessa negociação? São os grupos dominantes, são as nossas velhas oligarquias que sempre cederam porque jamais tiveram uma visão nacional, uma visão histórica, mesmo porque nós fomos colônia de colônia. O que no passado ocorreu na Ásia, com aquilo que se chamava de burguesias compradoras, mas lá houve pelo menos um choque cultural entre o grupo dominante local, na velha Indochina francesa ou na China, e o dominador externo, porque eram culturas estranhas e diferentes. Somos da mesma cepa e aí é muito mais difícil arrancar as escamas dos olhos, porque é fácil para a oligarquia identificar-se com o dominador, até por seus valores, condicionados pelos paradigmas do chamado Ocidente cristão.

Lembro-me de uma grande figura brasileira que dizia que o Brasil não pode ter um Balzac nem um Anatole France, não por falta de romancistas, mas por falta de material romanceável. Quer dizer, o material romanceável dele tem de estar à beira do Sena, ou, na melhor das hipóteses, no Roissy: é a absoluta incompetência para enxergar o terrível drama do seu próprio povo, do seu vizinho, do que se passa na rua, um nível de alienação que seria inconcebível, se não fosse real.

As oligarquias latino-americanas têm bastantes semelhanças entre si e seu traço fundamental é a alienação. Vivemos num país que talvez seja o mais rico do mundo em pássaros, os nossos museus estão cheios da arte plumária indígena. No entanto, foi preciso que o Prefeito Passos trouxesse os pardais para o Rio de Janeiro, que o Prefeito Antônio Prado os introduzisse em São Paulo, e que Sarmiento os levasse para Buenos Aires, *los gorriones*. Quer dizer, para ser possível enxergar a sua cidade, ela tem que ter pardais, para que se assemelhe com aquilo que se tem na cabeça como valor supremo.

Então, aqui existem as oligarquias dos pardais, essas que não têm identificação cultural e que, praticando atos aparentemente inocentes, conduzem sempre o país para o mesmo processo de dominação, dentro de uma linha de

raciocínio padronizado, que encontramos no discurso das figuras mais ilustres deste país.

A participação popular sempre foi excluída, nós nunca a tivemos, no Brasil e na maioria dos países latino-americanos – apenas em casos excepcionais, e por momentos, é que tem aflorado essa magma popular, quer dizer, que o saber popular, que a sua organização, tem conseguido ter qualquer tipo de influência. Eu me lembro, há muitos anos, quando cursava a Escola Superior de Guerra – por aí vocês vêem o meu ecletismo – que o texto básico da ESG dizia que o Brasil foi construído pelas elites e que certamente o seu futuro tem que repousar na liderança dessas elites, daqueles que têm lucidez. Nossa independência foi feita pelas elites, a abolição da escravidão foi feita pelas elites. E a pergunta que se impõe é: não será exatamente pela falta do povo que nós até hoje não temos independência, que até hoje temos essa democracia que aí está? Mas essa idéia das elites condutoras do povo não foi inventada em 1964, nem é uma questão do corporativismo do período de Vargas. Está no fundo da nossa história, esta em Oliveira Viana, está no discurso liberal de Rui Barbosa, o qual propunha a eliminação, do vocabulário político, da expressão ‘classes sociais’, porque era um estímulo às rivalidades.

Antes de buscarmos uma visão para a frente gostaria de lembrar um período da nossa vida nacional que foi extremamente rico, sendo que, hoje, tem-se a impressão de que algumas das condições daquele período estão reaparecendo e são até mais propícias que as do passado. Foi o período entre as duas grandes guerras mundiais. Nesse período, tinha desaparecido a ordem econômica anterior, que estava, como dizia o Visconde de Cairu, sob o magistério da Inglaterra, e os Estados Unidos ainda não tinham aparecido na história. Então, não havia uma ordem econômica internacional estabelecida, porque não havia um poder que a sustentasse. Por isto mesmo foi um período extremamente rico, mas rico em tudo, desde o primeiro passo para a nossa industrialização até a grande revolução cultural que apareceu nessa época, que incorporou a primeira reflexão crítica sobre o nosso passado, onde pelo menos três grandes nomes revolucionaram o pensamento brasileiro: Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. E se formos ver o que aconteceu na literatura, concluiremos que é o momento em que o Brasil deixa de acompanhar os movimentos literários da Europa, quando o Graciliano Ramos, entre outros, aparece como estrela de primeira grandeza.

Mas gostaria de lembrar mais ainda: 1922 é a data da Semana de Arte Moderna, do levante do Forte de Copacabana, do início do tenentismo, do pensamento renovador entre as forças armadas; é a data da fundação do Instituto Nacional de Tecnologia e do Partido Comunista, a data do início da indústria metalúrgica em São Paulo.

Essas coisas não aconteceram todas ao mesmo tempo por acaso. É porque não havia um poder para pressionar a economia e a cultura brasileiras num sentido ou outro, como hoje somos pressionados para não mergulhar no campo da

informática. E tudo isto foi permitindo uma série de ações que tinham, todas elas, algum ponto de relacionamento.

Mais ainda. Temos o levante de 22, a revolução de 23, de 24, de 1930, 32, 35, até o próprio golpe de 37. Quer dizer, um período extremamente agitado, em que estavam vindo à luz do sol os conflitos internos da sociedade brasileira. E, não obstante toda essa grande perturbação aparente, foi um período extremamente rico no próprio desenvolvimento da industrialização do País.

Para não parecer que eu esteja defendendo um caminho de isolamento, de autarquia, lembraria o movimento antropofágico e Oswald de Andrade. Qual era o sentido da antropofagia? Era comer o francês, culturalmente, digeri-lo, absorvê-lo, e não macaquear ou imitar. Da melhor forma, na economia, na tecnologia, temos que absorver o conhecimento do mundo, o saber do mundo, mas temos de fazer com que esse saber venha para dentro de nós, como se fôssemos antropófagos dessas culturas, para que possam renascer aqui, na nossa realidade, no nosso cenário.

Na última parte deste meu relato quero fazer referência a um grande historiador, Braudel. Ele disse uma frase que me marcou muito, tanto quanto a do Ernesto Sábató: ele dizia que a civilização começa pela barbárie. Quer dizer, quando os chamados 'bárbaros' têm condições para desafiar os grandes impérios e conseguir inventar o seu próprio futuro, é porque eles foram capazes de fazer essa antropofagia, de absorver os conhecimentos do próprio império. Eles tinham sido seus mercenários, conheciam seus processos construtivos, conheciam a sua metalurgia, e nesse momento é que, dominando sua tecnologia, sua cultura, são capazes de usar estes conhecimentos, integrados à sua própria base cultural, para construir seu projeto civilizatório.

Eu diria que a atual crise econômica internacional, todos esses conflitos que estão ocorrendo – os sinais de desorganização que vão desde a ruptura na periferia à dívida dos países pobres, à queda da Bolsa de Nova Iorque, às políticas fiscais e comerciais americanas – nos mostram que estamos vivendo um momento em que essa ordem econômica internacional exhibe as suas grandes fraturas. É um momento em que precisamos fazer o maior esforço para absorver conhecimento, refletir sobre o nosso futuro e mobilizar as forças políticas e sociais capazes de entender o que significa para o futuro de todos a construção de um verdadeiro projeto nacional, não só para o nosso futuro, mas para a história do homem. Da mesma maneira como temos de enxergar as populações indígenas e a cultura negra como acervo importantíssimo para enriquecer as nossas perspectivas de vida, assim também, na medida em que o Brasil – que reúne hoje condições e potencialidades tão grandes – for capaz de dar este passo, ele estará trazendo a sua pedra a esse grande edifício, em permanente construção, do saber e da vida humana.

Os impasses e conflitos de hoje mostram esse rumo, como o indicaram naquele período de entre guerras. Mas, naquela época, todas as condições eram propícias e, no entanto, não demos o grande passo, não chegamos a definir nosso caminho. E acho que não o demos porque faltou o ingrediente fundamental, a

existência de uma burguesia nacional que tivesse competência para elaborar um projeto que fosse assimilado pela grande maioria da população. E por que isto ocorreu? Porque a grande maioria dos empresários urbanos vinha do meio rural, acostumados a controlar autoritariamente a sociedade. No momento em que tivemos em São Paulo a emergência dos movimentos anarquistas, os primeiros sindicatos, eles se apavoraram com aquilo, porque não tinham a experiência da revolução burguesa, da necessidade de fazer grandes alianças sociais para enfrentar os verdadeiros adversários. Preferiram fazer um pacto com os poderes hegemônicos externos e, internamente, com o Estado autoritário, e perderam a capacidade de ter uma presença histórica. Eu diria que isto permanece até hoje. Algumas vezes, observamos alguns tipos de comportamento um pouco mais evoluído, mas quando surge um desafio como esse, do desenvolvimento da informática, quando surge a possibilidade concreta de dar um passo decisivo, a tendência é procurar bloquear qualquer forma de resposta positiva e de resistência às pressões que visam manter o *status quo*. Tenho na minha mesa um monte de telegramas, não passados para mim, mas para outros Senadores, relativos a um projeto de lei que apresentei, impondo a contra-retaliação caso os Estados Unidos iniciem retaliações contra o Brasil por causa da Lei da Informática. Segundo esses telegramas, seria um absurdo tentar se contrapor à política americana, porque isso iria gerar uma escalada de retaliações – temos, assim, que aceitar a pancada e recuar, deixar tudo como está.

Existe hoje um espaço para um tardio aparecimento do Brasil na História. Se ele virá, não sei. Mas creio que temos hoje uma sociedade diferente daquela que existiu entre as duas guerras. Em primeiro lugar, temos hoje sinais de formas espontâneas de solidariedade, que recusam a tutela do Estado, e que se estão construindo. A sociedade brasileira teve, no passado, uma enorme dificuldade de organização, porque o Estado sempre combateu qualquer tentativa neste sentido. O Estado surgiu no Brasil antes que surgisse a nação ou povo brasileiro, e sempre teve em mãos os instrumentos para comandar a História e impedir a organização da sociedade. Só recentemente é que vimos um movimento sindical como o de São Bernardo, por exemplo, que não quer a tutela do Estado, quer buscar os seus caminhos. Ou o movimento dos negros, que hoje tem uma grande densidade e não existia no passado. Porque se inventou a história do país das harmonias, negava-se a existência de preconceito racial a fim de impedir a mobilização para combatê-lo. Surgiram as sociedades de bairro, as comunidades eclesiais de base, e até algumas organizações no nível empresarial, como a ABICOMP e outras, que aparentemente começam a entender a História de maneira diferente.

Enfim, estamos hoje diante do grande desafio, da grande crise: uma crise que se resolverá para os atuais centros do poder mundial através de um processo de espoliação ainda maior, pois só com isso conseguirão restabelecer a ordem econômica. E a nossa posição é: será que este País tem condições de mobilização interna para buscar um caminho próprio, para buscar um saber, um processo civilizatório, que inclua outras fontes de inspiração, que tenha originalidade, tenha graça e assegure os passos do futuro?

Estou convencido de que nós, no Brasil, somos hoje os novos bárbaros. A História nos reserva essa posição, porque desenvolvemos, até das maneiras mais injustas – mas não é o momento de pensar como essas coisas foram feitas, mas de constatar os resultados de um processo histórico – nossa capacidade de absorver o conhecimento, patrimônio comum da humanidade. Temos as universidades, os institutos de tecnologia, as grandes empresas. Temos hoje empresas modernas em praticamente todos os setores da atividade. Nossa agricultura desenvolveu-se, e estamos aprendendo a produzir internamente nossa tecnologia agrícola: os trabalhos do Instituto Agrônomo de Campinas são notáveis. Temos uma sociedade que aparentemente começa a mobilizar-se.

Então, essa interrogação que acabei de fazer é que pesa sobre nós, com sua carga de responsabilidades.

DEBATES

MARIA DO CARMO T. DE MIRANDA – Quero dizer ao Senador Severo Gomes da minha alegria pessoal de reencontrá-lo aqui, depois de tanto tempo, em um seminário de tropicologia, seqüência daqueles em que Gilberto Freyre nos transmitia suas visões e perspectivas.

Sobre a exposição do senador, eu me permito tecer alguns comentários, porque ela realmente – e essa é a sua grande virtude – suscita questões. Meu primeiro comentário refere-se a esta ampla perspectiva que nos foi apresentada, desde a própria música de palavras do indígena e do negro até a grande indagação sobre saber e caminhos próprios. Nessa perspectiva é que eu diria que temos especificidades, temos riquezas imensas, desde o nosso passado até o nosso presente, que merecem ser desvendadas. A própria música popular brasileira cria termos que refletem a grandeza da alma brasileira, como sofrência – entre a paciência e o sofrimento. São criações que refletem um ânimo brasileiro, o ânimo de um povo situado.

Neste sentido, perguntaria se esta música e estas palavras não refletem também uma de nossas raízes da sensibilidade, o imenso sentido de lazer, que talvez tenha relação com o não nos preocuparmos muito e não aprofundarmos as indagações do tipo para onde vamos, o que devemos fazer, como agenciar as potencialidades.

Meu segundo comentário refere-se à indagação em si, que achei profundamente importante, sobretudo no momento em que estamos reunidos para refletir sobre o futuro da civilização tropical. Se me permite o Senador, eu inverteria um pouco, talvez, a indagação. Qual o nosso caminho? Primeiro, qual o conhecimento que temos de nós mesmos para podermos saber o caminho?

Foi aqui lembrado por V. Exa. o nome de Gilberto Freyre, ao lado dos de Caio Prado Júnior e de Sérgio Buarque de Holanda, cada um com sua virtude específica e grandiosa, a visão econômica, a visão histórica, e a visão convergente, interdisciplinar, que envolve os três instantes do tempo: repensar o passado

e visualizar o presente para poder fecundar o futuro, na expressão gilbertiana, o futuro possível, o futuro antevisto, o futuro para o qual caminhamos.

É neste momento que a visão tropicológica, a visão do homem situado no trópico, precisa realmente ter um saber de conhecimento, para aprofundar suas riquezas íntimas, seu mundo, seu hábitat, sua visão de profundidade, a fim de que ele possa também decifrar o seu presente e o seu futuro, de certa forma contido neste presente: o que está para ser feito, o que deve ser feito, qual o potencial emergente, qual o futuro possível a ser antevisto.

Por isso mesmo, no período por V. Exa. lembrado, 1922-1937, permita-me mencionar também o movimento regionalista no Recife, onde podemos ver a emergência, a força do mundo da cultura regional, o mundo da tribo, o mundo que eu chamaria de mundo específico cultural, que é o do seu povo e de sua gente, a fim de poder trazer a própria visão da diversidade, tão bem lembrada ontem pelo nosso ecólogo e biólogo Herbert Schubart – a diversidade que não é a negação de uma identidade nacional, mas, ao contrário, a afirmação desta em sua riqueza variada, como uma nota harmônica. Uma nota que é nostálgica como a música negra, que lembra o futuro, porque canta a esperança, embora em compassos de dor.

É a visão tropicológica, é a visão do homem que foi pensado por Gilberto Freyre, é pensar o Brasil entre as civilizações do trópico, pensar o Brasil em seu tempo triplíce, passado, presente e futuro, pensar o Brasil do seu homem triplíce, da sua conjugação de raças, da sua meta-raça, onde o índio, o negro e o branco se compõem e ao mesmo tempo se definem. Pensar o Brasil, se podemos assim dizer, onde os acentos da diversidade são vistos na sua identidade e a nação é vista no compasso harmônico e ritmado de sua composição.

Sr. Senador, ouvindo-o foi que me lembrei disto tudo. Por isso, como tenho de agradecer-lhe! Do mesmo modo que em 1974, na Universidade Federal de Pernambuco, o senhor suscita novas idéias, a fim de que mergulhemos em nós mesmos, seguindo os mestres. Apenas eu diria: primeiro conheçamo-nos a nós mesmos, a fim de podermos saber que caminhos queremos.

LUÍS PINGUELLI ROSA – A minha pergunta, Senador, diz respeito à questão da informática. Eu ontem estava na reunião do Conselho Deliberativo do CNPq e um dos problemas muito sérios ali apontados era esta constatação de que há uma ofensiva muito forte e muito clara, como o senhor narrou aqui, uma atuação ostensiva de funcionários americanos e de representantes do governo americano no Brasil, visando articular segmentos da sociedade brasileira em benefício dos interesses daquele país, sem que o governo brasileiro tenha condições internas para reagir à altura, apesar de manter, até agora, uma política bastante razoável nesta área. Cite-se, como exemplo, a desobediência da Autolatina ao Ministério da Fazenda, ostensiva, e a tentativa de extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia, não concretizada pela firmeza do Ministro Archer, apoiado pela comunidade científica, há poucos meses.

Enfim, estamos muito preocupados com a possibilidade de que, neste momento de reordenação política, em que um espaço está aberto para avanços,

possam estar sendo sacrificadas determinadas questões essenciais que não estão sendo enxergadas com a devida atenção pela sociedade como um todo. Até o desafogo do autoritarismo faz com que desavisados apoiem a Autolatina como se fosse uma rebelião de sindicato, como se fosse possível confundir *lock-out* com uma greve.

Essa confusão ideológica nos preocupa muito. Na questão da informática, concretamente – e esta é a pergunta – como o senhor está vendo a resposta possível? Acho que sua proposta de retaliação é interessante, mas não parece estar sendo esta a estratégia seguida pelo governo brasileiro. O que podemos cobrar do governo? O que estou achando é que está havendo uma certa omissão da sociedade: surpreendi-me até com os próprios setores da indústria da informática, que achei, nas discussões de que participei, um pouco temerosos.

Então a pergunta é esta, a respeito da ação concreta em cima do problema da informática nesse contexto delineado por esses outros exemplos.

SEVERO GOMES – Nós temos hoje uma ameaça concreta de retaliações que virão através de limitações às exportações brasileiras para os Estados Unidos.

Creio que, no quadro da crise americana de hoje, eles imporão restrições às importações mesmo sem chamá-las de retaliação. O déficit comercial americano é de tal peso que é impossível manter as atuais regras do jogo, com os saldos comerciais do Japão, da Alemanha e mesmo do Brasil, que está muito longe dos outros, mas mesmo assim tem um saldo significativo.

Então, acho que qualquer recuo não leva a nada, porque eles vão impor restrições às importações; até porque, em muitos casos, estão empenhados em introduzir melhorias tecnológicas em sua própria indústria, a fim de suprimir o mercado com base no trabalho dos seus cidadãos. As restrições às importações ocorrerão fatalmente: não há nenhum economista, até mesmo em Chicago, que não ache isso, só não sabe quando vai acontecer, em um sentido global, porque em certas áreas isso já está acontecendo. Então não haveria porque imaginar que não devêssemos reagir. Para isto, temos que convencer a indústria de calçados de que, amanhã, se não tivermos o domínio da informática, também não exportaremos sapatos, porque eles desenvolverão a automação da forma mais conveniente para a sua sobrevivência, pois têm competência para fazê-lo.

Há setores da indústria de informática que estão apreensivos e cautelosos. São principalmente os setores, os grupos, que estão nesta área por motivos circunstanciais. Temos hoje, por exemplo, duas grandes empresas de informática ligadas a dois grandes bancos, o Itaú e o Bradesco. Estes bancos não têm interesse em desenvolver tecnologia nenhuma, seu negócio é outro, mas tomaram esta iniciativa porque foram incentivados e porque eram grandes consumidores da informática. Mas seu ideal, sem dúvida nenhuma, seria ser sócio da IBM, ou da Burroughs, ou de qualquer outra. E ser sócio até com maioria de capital, para ter capacidade de decisão em aspectos comerciais, mas com todo o controle tecnológico na mão dos sócios externos. Isto existe hoje na indústria de comunicações, que poderia ter empresas nacionais, mas elas estão ali apenas

como um sócio que muitas vezes nem é de capital, porque o sócio brasileiro recebeu dinheiro para ficar com a maioria das ações: o que interessava ao sócio externo era o controle da tecnologia.

É claro que vivemos um momento de grande incerteza e de grande fragilidade nas decisões do governo. Quando o Wolfgang Sauer declarou que a Autolatina não ia mais vender automóveis no Brasil, só exportar, foi recebido pelo Presidente da República para discutir o assunto, para uma negociação; há um ano, quando os fazendeiros disseram que não iam vender boi gordo, a SUNAB foi com a Polícia Federal buscar os bois na fazenda. Não estou discutindo o mérito da medida, seu acerto ou desacerto: estou lembrando que foram duas reações contrárias, e estou querendo dizer que, quando um empresário desafia publicamente o governo, o Presidente da República não pode recebê-lo, e na medida em que o faz se enfraquece, é uma questão de autoridade, de poder de decisão, que está na base da atual crise brasileira.

Pode-se dizer que, surpreendentemente, até agora a posição do governo com relação à informática foi muito melhor do que a das áreas empresariais; formalmente, pelo menos, a posição do governo tem sido muito correta.

Qual o caminho que temos? Não temos como voltar para trás. E aí eu voltaria a fazer referência ao seu discurso: o caminho é o conhecimento. Acho que as duas coisas têm de andar juntas, porque nós vamos aprender no conflito, vamos adquirir conhecimento na medida em que formos proibidos de dar um novo passo.

Aproveitaria a oportunidade para fazer algumas observações a respeito do aspecto regional a que se referiu a Dra. Maria do Carmo.

Se não alimentarmos as nossas fontes regionais, não seremos nacionais. A nossa nacionalidade passa pelo regional, assim como a nossa universalidade passa pelo nacional, pela nossa identidade, pelo nosso projeto. Não há outro caminho. Quem quiser fazer a viagem a Paris pode fazê-la, mas estará simplesmente repetindo toda a história da alienação brasileira; e, dentro do trópico, o Brasil é o único país que tem condições para andar na vanguarda. Espero que, tendo essas condições, ele dê os passos necessários para construir o conhecimento do que pretende para o futuro.

LUÍS CARLOS MOLION – Não farei outra palestra de uma hora. Excelência, nós aqui somos na maioria cientistas. Permita-me, então, fazer o papel do Prof. Bautista Vidal, de provocá-lo um pouco sobre a questão da informática. Concordo plenamente com o senhor em que não adianta nós cedermos, porque uma nação que tem um déficit de 180 bilhões de dólares e tem de cortar seus gastos vai cortá-los de qualquer maneira. Os Estados Unidos vão cortar as importações, vão colocar sanções, independentemente de que cedamos ou não quanto à Lei da Informática. Agora, minha contestação quanto à proteção da informática é que eu, como cientista, não vi o avanço tecnológico. E vou parafrasear aqui o meu amigo Pinguelli Rosa quando disse que entre a Shell e um grupo de usineiros que produzem álcool ele não vê diferença. O mesmo sucede na informática: entre um grupo muito segregacionista de montadores – e até mesmo, além de tudo, contrabandistas de peças de computador, que é esse grupo

brasileiro de informática – e os grupos externos não há muita diferença. Apesar de três anos de existência dessa lei, ainda não se viu um *chip* fabricado no Brasil: quer dizer, quanto à peça mais importante do computador, ainda estamos na mais completa dependência. Assim, se o Japão ou os Estados Unidos quiserem impedir que fabriquemos os nossos microcomputadores podem fazê-lo, uma vez que não temos o elemento básico. É neste ponto que contesto a Lei da Informática, porque não adianta proteger, é preciso dar condições para que nossos cientistas e técnicos desenvolvam a própria tecnologia. E, neste País, o que se faz é exatamente o contrário: nos momentos de crise, o primeiro corte que se faz é em cima da ciência e da educação. Estão aí as universidades sofrendo, estamos nós, como o senhor bem sabe, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, na sua terra, São José dos Campos, sofrendo hoje com problemas salariais, com um salário reduzido a 40% do que era em janeiro, e não podemos competir com indústrias como a Órbita e a Avibrás, que fazem foguetes com finalidades bélicas.

Para nós, cientistas, que estamos desenvolvendo a nossa tecnologia espacial, para nós, cientistas, que estamos desenvolvendo a nossa tecnologia de informática, esse governo que aí está, pretendendo proteger a Lei da Informática só para benefício de uma facção, não está dando condições para que possamos descobrir o caminho.

SEVERO GOMES – Acho que todos sabem que não sou cientista, sou político. Eu começaria a minha resposta lembrando o seguinte: quando se iniciou a indústria automobilística no Brasil, ela foi toda feita com dinheiro brasileiro, mas sob controle das multinacionais do automóvel. Quando precisávamos comprar um Aero Willys, por exemplo, ele custava três vezes o preço de um Mercury novo. E ninguém reclamou, todos acharam que estava tudo bem, as televisões, os jornais defendiam a indústria automobilística, o importante era que o Brasil finalmente tinha uma indústria automobilística. Mudou-se o sistema financeiro nacional para vender automóveis a prazo, concentrou-se praticamente toda a poupança nacional neste projeto (que marcou, aliás, o início da concentração do capital financeiro no Brasil). Até hoje não conheço nenhum desenvolvimento tecnológico na indústria automobilística: basta dizer que todos os anos, ou de seis em seis meses, eles vão ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial para registrar mais um truquezinho do carburador ou um desenho novo do painel, que vem lá de fora. Assim aconteceu com tudo.

Bom, na informática houve uma tentativa diferente, e que pode até merecer as suas críticas. Mas é bom ressaltar que, quando a Lei da Informática estava sendo discutida e depois aprovada, houve um entendimento entre o Congresso e o governo, mas, no fim, este acabou vetando dois artigos, um deles o que criava mecanismos para o desenvolvimento científico e tecnológico na área da informática.

Quanto ao outro ponto, não acho, pelo escasso conhecimento que tenho, que se possa dizer que a lei tenha criado um cartório para alguns industriais privilegiados. O Brasil tem hoje mais de 400 empresas que trabalham nesse setor.

O senhor disse que não fazemos os *chips*. Não fazemos porque este é o setor que demanda maior investimento: a nossa luta era para que o Estado investisse na Cobra, para que esta pudesse avançar na produção de *chips*. Mas não partilho sua preocupação: é claro que o Japão nunca estará aliado aos Estados Unidos para não vender *chips* para nós, haverá sempre alguém disposto a vender. De modo que, sinceramente, não tenho medo dessa dependência.

Também não concordo que se possa dizer que não está havendo desenvolvimento tecnológico interno nesta área. Houve muitos avanços; inclusive agora, quando houve a reclamação dos Estados Unidos com relação ao computador da Unitron, provou-se que eles não copiaram, que eles fizeram uma engenharia reversa, quer dizer, houve um trabalho de mais alto nível para fazer aquele computador.

Nós hoje fazemos computadores que são mais caros, mas isto é normal quando se inicia um projeto deste porte. Não estamos desenvolvendo a tecnologia no nível que desejamos, mas isso é algo que só pode vir de pressões políticas, de luta no Congresso, de orçamento etc. e nós certamente encontraremos parlamentares de todas as áreas lutando por isso: o maior defensor dos recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico na área da informática foi o Senador Virgílio Távora, que até hoje fica martelando e procurando convencer o Congresso a uma atitude mais vigorosa com relação a isso.

LUÍS CARLOS MOLION – Não sei se o senhor entendeu. Realmente não se trata do problema de proteger ou não, é o problema de se fazer algo aqui dentro que leve a uma solução nossa, e isso é que não está sendo feito. Não se está investindo dinheiro para descobrir o nosso caminho.

SEVERO GOMES – Então vamo-nos aliar nesse caminho, mas não ficar pura e simplesmente querendo desmontar, imaginando que são todos contrabandistas. Há muita gente séria que está trabalhando nisso, gente que veio das universidades. De certa maneira, as empresas pioneiras foram constituídas por pessoas que surgiram entre os estudantes, que começaram a pensar em informática na Escola Politécnica de São Paulo e outras. Mas vieram com o conhecimento.

BAUTISTA VIDAL – Senador, tenho duas perguntas. A primeira é a respeito desta sua perspectiva, que eu chamaria de otimista, no momento atual. Evidentemente não é um otimismo simplório, é um otimismo fundamentado, e é evidente que o senhor tem o equacionamento do que eu lhe vou perguntar e por isso é que faço a indagação. Nesse jogo de forças que constitui o poder mundial, em cujo contexto nós viemos de uma sociedade colonial e de um processo de dependência profundo, os países centrais e as superpotências estão num processo acelerado de decadência. Não uma decadência ostensiva, nem mesmo clara, mas é uma decadência profunda porque lhes faltam coisas absolutamente fundamentais para o exercício do poder. Falta-lhes energia, por exemplo, e sem energia não há nenhuma possibilidade de manter uma civilização, principalmente esta que aí está, fundamentada no uso intensivo de energia de baixo custo.

Por outro lado, essas estruturas detêm poderes de destruição descomunais,

capazes de destruir setenta vezes a vida sobre a Terra. É evidente que, nestas condições, elas, na sua inércia, na sua soberba, na sua empáfia, não vão simplesmente render-se à evidência de coisas tão triviais como possibilidades energéticas, recursos não-renováveis, metais especiais estratégicos etc.

Por sorte ou por desgraça nossa, grande parte dessas carências deles, absolutamente fundamentais, são abundantes nos trópicos, e especialmente no Brasil. Então se configura uma encruzilhada da História, crucial, decisiva, que nenhum brasileiro pode se dar ao luxo de ignorar. Essas nações, para continuarem com o seu bem-estar, com a sua pujança e com a sua soberba, necessitam escravizar os povos das regiões onde estão localizadas essas riquezas: não a escravidão tradicional, mas uma escravidão moderna, temperada com televisões e outras coisas, que tem como instrumentos não mais as armas, mas principalmente os meios de comunicação. Uma escravidão cultural sem grilhões (aliás, uma expressão em desuso, mesmo no vernáculo). Porque é óbvia a única coisa que pode ameaçar este projeto de dominação: é esses povos não se sujeitarem, resolverem assumir uma postura histórica e enfrentar as conseqüências, construir seus próprios destinos, como uma maré montante irresistível.

Um aspecto desta escravização cultural me deixa profundamente preocupado: nós que militamos na docência, no ensino, sentimos um profundo enfraquecimento, uma abulia, um processo de descrédito em nós mesmos, atingindo a parte mais vulnerável e mais fundamental de nossa nacionalidade, que é a juventude – dominada hoje por uma total apatia, um desinteresse completo pelo conhecimento das coisas, pela necessidade de um posicionamento ante as circunstâncias. Por contingências de profissão passei 15 anos sem dar aula numa universidade, e fiquei profundamente chocado com as mudanças que percebi na nossa juventude, impossíveis, no meu entender, de ocorrerem num processo natural: tudo indica que houve uma grande manipulação que realmente parece ter retirado a espinha dorsal de nossa juventude. Evidentemente, tudo isto são hipóteses, mas gostaria de saber quais poderiam ter sido as circunstâncias que levaram a esta situação, que as identifiquemos a fim de podermos superá-las. Nesse sentido, evidentemente, a sua contribuição pode ser muito importante.

SEVERO GOMES – Em primeiro lugar, a sua referência ao meu otimismo. Haja otimismo! Estamos levando pancada há quanto tempo? Essa carência de uma grande potência como os Estados Unidos em relação a uma série de recursos que existem principalmente no trópico e dos quais o Brasil é muito rico, em alguns casos quase monopolista, é, antes de mais nada, preocupante. Vocês estão lembrados de que, quando houve o primeiro embargo do petróleo, o presidente dos Estados Unidos, na época, Gerald Ford, fez um discurso lembrando aos árabes que, no passado, quando os povos vigorosos queriam água, iam buscar água. A mensagem era clara: não vamos brincar, nós vamos buscar o petróleo de qualquer maneira. E, depois, as coisas foram se acertando, até chegar à situação atual, em que os americanos estão continuando a viver com o petróleo a preço muito baixo, e com suprimento garantido, pelo menos a curto prazo. Quer dizer, nós nos queixamos da taxa de juros, do crime contra o patrimônio, mas sabemos

que, se necessário, eles vão ao crime de sangue também, que é outro capítulo do Código Penal.

Mas a história das nações tem mostrado, desde o passado, que elas têm uma enorme capacidade de resistência, desde que haja consciência nacional, projeto nacional, identificação do que se quer para o futuro. O Vietnã derrotou a China, a França e os Estados Unidos. E os Estados Unidos já tinham a bomba. Não é fácil chegar a esse tipo de avanço, mas é possível, desde que se tenha um país consciente, uma população que tenha identidade nacional, que saiba o que quer. O que você nos contou da sua experiência com a juventude atual, eu diria que é questão para ser estudada, com urgência, pelos professores das universidades, pelos cientistas sociais, para se poder entender as razões dessa abulia que estaria atingindo nossa juventude.

Por outro lado, conhecemos setores da vida nacional extremamente desperdosados, pugnazes, mesmo dentro das universidades. Então temos que continuar com o nosso otimismo, imaginando que um dia ele dará certo.

FERNANDO AGUIAR – Senador, acho que não é todo dia que temos oportunidade de dialogar com uma pessoa de tanta lucidez. Discordo do senhor apenas em relação ao que possivelmente está por trás da Lei da Informática. E minha argumentação é a seguinte: não acredito nesse governo que aí está, e não acredito – a tal ponto que, se ele defende uma coisa, geralmente vou no sentido oposto – porque um governo que aprova uma Lei Calmon, satisfazendo assim toda uma comunidade universitária, mas na realidade não libera dinheiro para as universidades e para toda a educação do país, como previsto por esta mesma Lei, não merece ser acreditado. Não acredito num governo que, portador de todos os dados – como tivemos oportunidade de ouvir através da excelente palestra do Prof. Molion, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – mostrando que o Nordeste seria submetido a uma seca violenta, permitiu o financiamento aos pequenos produtores da minha região, sabendo que eles não colheriam nada porque a seca dizimaria suas plantações. Não posso, Sr. Senador, acreditar num governo desses.

Particpei recentemente de uma reunião da Sociedade Brasileira de Nutrição e Ciência dos Alimentos, no Senado Federal, e fiquei muito preocupado quando ouvi um ex-deputado federal e candidato à presidência do País dizer que a fome na minha região poderia ser combatida se se colocasse em cada esquina uma vaca mecânica e se distribuisse leite de soja a quem passasse. E fiquei ainda mais preocupado quando o Ministro da Agricultura, também presente a esta reunião, disse que o Brasil é o maior produtor de grãos e por isso não tem razão de ter fome, esquecendo-se de que a maior parte desses grãos é soja destinada à exportação.

Nessa mesma reunião tive o desprazer de ouvir o representante da UDR dizer que era contra a reforma agrária porque não daria terra a analfabeto. Esquecia-se de que 80% do feijão e 65% do arroz que consumimos são produzidos pelos pequenos agricultores analfabetos desta terra. Então não se pode acreditar num país destes, num governo desses, que é pressionado através de um *lobby*. Eu presenciei, nessa mesma reunião, que, quando o representante da UDR foi falar, o auditório

Petrônio Portela rapidamente se encheu de pessoas que o ovacionaram: era, mais uma vez, a presença do *lobby* naquele auditório, pressionando o Senado Federal.

Nessa mesma reunião, dizia eu, perante os representantes da UDR, estava convencido de que havia um interesse maior em manter a desnutrição em meu país, em minha região. Da mesma maneira que houve e ainda há uma indústria da seca, existe agora uma indústria da fome: evidentemente, é muito mais fácil enganar, ludibriar pessoas desnutridas, representantes de uma geração de nanicos (como muito bem definido pelo Prof. Nelson Chaves) e com déficit mental. Será que não é isso, Senador?

Por isso fico muito preocupado que, por trás dessa Lei de Informática, haja outras coisas que estão sendo defendidas por esse governo no qual absolutamente não confio. Fico muito satisfeito em saber que o Senhor a está defendendo, e agora até passo a rever meus raciocínios. Mas chamaria a sua atenção para o fato de que esse governo não merece o menor crédito.

SEVERO GOMES – A origem da Lei de Informática é complicada, deriva de uma política que já vinha sendo seguida pela Secretaria Especial de Informática há muitos anos. Ela tem origem militar, ninguém desconhece isto. Em 1975, ao fazer uma conferência na Escola de Guerra Naval sobre a industrialização do País, todas as perguntas giraram em torno do desenvolvimento da informática. Mas já naquela época a Marinha estava começando a utilizar fragatas inglesas, com computadores ingleses, estava consciente da sua insegurança na medida em que todo o sistema nervoso das fragatas era uma coisa sobre a qual o País não tinha o menor domínio tecnológico. Que poder real pode ter um povo que manipula máquinas cujos princípios básicos são desconhecidos? Dai o programa da informática ter tido sua origem dentro das forças armadas e ter encontrado, desde o início, o apoio de uma massa muito grande de parlamentares (principalmente do meu partido, o PMDB, mas acho que todos os grupos, até os de esquerda, o apoiaram).

É preciso lembrar que nossa história, de certa maneira, sempre andou assim: se não fosse o interesse militar, não teriam surgido a Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o Arsenal da Marinha, que já era, em 1850, uma das grandes empresas de bens e equipamentos do mundo.

Um velho amigo meu diz que a industrialização no Brasil foi feita pelos burocratas, pelos comunistas e pelos militares: os empresários tiveram um papel até certo ponto secundário, foi tudo feito por decisão política, e com dinheiro público. A História registrou que foi muito difícil para o então Cel. Macedo Soares levar um grupo de empresários de São Paulo para visitar o canteiro de obras de Volta Redonda: eles não tinham a menor noção de um projeto de industrialização para o País.

Então, acho que a informática tem uma história conhecida, que vai do interesse militar até o mundo acadêmico: a SBPC, para lembrar só uma instituição, constantemente se envolveu nas lutas pela informática.

Se a Lei Calmon não é obedecida, é preciso lembrar que o ministro pura e simplesmente não pagava e não acontecia nada. E nós tínhamos a Constituição –

a mesma que está vigendo até hoje – que não dava nenhum poder ao Congresso para compelir o governo a isso. No projeto de Constituição que saiu da Comissão de Sistematização, a única vinculação de receita com despesa é a manutenção da porcentagem ligada à educação, só que agora com uma Carta que vai permitir a fiscalização e a pressão sobre o Executivo.

A lembrança do cidadão da UDR, de que não adiantava dar terra para os analfabetos, eu ilustraria de maneira diferente. Nós hoje temos o voto do analfabeto e passamos todo o Império com o voto do analfabeto – apenas, naquela época, era preciso ter renda. Se fosse tirar o voto do analfabeto, os fazendeiros de café da minha região não poderiam votar nem ser votados; no entanto, sabem muito bem como plantar café e como ganhar dinheiro. Então, o argumento evidentemente destinava-se a um auditório selecionado, onde se preparava uma festa da UDR.

Nós hoje produzimos alimentos e o povo tem fome. Nos últimos 50 anos a agricultura brasileira foi uma das que mais cresceram em todo o mundo, a uma taxa de 4,7% ao ano. Não só cresceu com a ocupação de novas áreas, mas muito com melhorias de produtividade. Agora, o que acontece é que grande parte da produção destina-se a matar a fome das vacas da Holanda. Temos uma agricultura que pode resolver, num prazo muito curto, a questão da fome no Brasil, mas temos que construir esta solução em plano mais amplo. Não adianta o Banco do Brasil financiar a plantação de feijão, porque aqueles que precisam do alimento não têm dinheiro para pagá-lo. Se não for resolvida a questão central dos salários, no Brasil, a única opção para agricultura é aumentar a produção de soja, porque lá há a exportação, há a Bolsa de Chicago, há a Bolsa de Roterdã. Trata-se de uma questão política: a grande responsabilidade está na ausência de uma burguesia com visão de futuro, porque nossa atual burguesia continua a pensar que se pode combater a inflação com arrocho salarial, sem ver que, com o arrocho, o mercado interno diminui, o País entra em recessão, e entra-se em círculo vicioso autodestrutivo. Nossa burguesia está se matando por incompetência, por burrice.

Essa questão de termos uma agricultura poderosa, mas que precisa ser reorientada para satisfazer às necessidades do povo, não será resolvida sem que haja mobilização e luta salarial.

Quanto ao problema da seca e do financiamento, eu diria que deve ter sido uma situação muito difícil para o Banco do Brasil dizer àqueles agricultores que não financiaria nada porque ia haver seca. Eu já fui diretor da carteira agrícola do Banco do Brasil. Como é que aquele cidadão vai entender que um instituto em São José dos Campos previu que ia haver seca e por isso o Banco do Brasil não iria financiar? É difícil, principalmente pensando-se que nas regiões de seca muitas vezes o governo financia projetos improdutivos apenas para ter frentes de trabalho. Seria realmente uma situação extremamente penosa.

A grande questão são os investimentos, para que tais fatos não se repitam. Vivo numa cidade que é a maior do Brasil. Há alguns anos, conversando com o Prefeito Figueiredo Ferraz, quando se iniciava o Plano de Saneamento da Cidade

de São Paulo, dizia-me ele que o custo daquele plano era maior que o da usina de Itaipu. Então, prosseguia ele, não teremos o dinheiro para executá-lo e, se tivermos, no final nada estará resolvido, porque vamos melhorar a cidade, dar melhores condições de vida, dar emprego, o que atrairá novos migrantes e o problema será recolocado. Quer dizer, o problema de uma cidade como São Paulo só se resolve começando pelo investimento nas regiões populosas e empobrecidas. Assim, a solução do problema das grandes cidades do Sul só virá com o desenvolvimento regional, com a correção das desigualdades nacionais. O problema político que se coloca é como levar o habitante de São Paulo a compreender que a massa dos recursos deve ser remanejada dentro do País. É preciso ter um projeto de país, sem o qual não adianta criar um órgão como a Sudene, quando todas as outras políticas, industrial, financeira etc., vão no sentido da concentração.

ARGEMIRO PROCÓPIO – Senador, tenho alguns pequenos comentários a fazer. Vendo que está sendo abordada a questão da informática, pergunto: por que se fala de informática – e os meios de comunicação sempre a divulgam – enquanto à química fina tem sido reservado um papel secundário junto à opinião pública, junto aos meios de comunicação de massa e acredito que mesmo no Parlamento? Esta é a primeira pergunta.

Quanto ao pessimismo do Bautista em relação à nossa juventude – e cuja ausência lamento neste seminário brilhante, lamento a ausência de estudantes – devo dizer que acho esta juventude hoje muito mais autêntica, porque ela é menos hipócrita. Muitas vezes, ela se recusa a participar de um seminário sobre miséria no Nordeste porque sabe ou pressente que discutimos a miséria recebendo dinheiro para fazê-lo, e sem aplicar nenhuma práxis contra essa miséria. Acho que essa coerência falta muito à intelectualidade brasileira, porque existe também entre nós, intelectuais, a indústria da miséria, a indústria da pobreza. E nossa ação, o nosso *modus vivendi*, não está compatibilizado com essa ideologia de erradicação da miséria. Enquanto não tomarmos consciência disto e não adotarmos uma postura coerente entre ação e teoria, no caso, denúncia e práxis, acho que essa situação não mudará. Essa apatia da juventude é um nojo que ela está manifestando a essa nossa geração, das passadas até a minha, que é a geração de 68 também. Se modificarmos a nossa postura, tenho a certeza de que essa juventude vai ser muito mais participativa.

Quanto a essa questão do *gap*, dessa diferença de tecnologia, hoje mesmo, com alguns estudantes, estávamos lembrando que, no tempo de César, qualquer daqueles delegados do Império Romano, para fazer uma viagem a cavalo de Colônia a Paris, demorava mais ou menos uma semana. Vinte séculos mais tarde, no tempo de Napoleão, isto não tinha mudado. Mas um século depois meu avô pegava trem de Colônia a Paris e gastava cerca de 8 horas; hoje são vinte minutos de avião, e meu avô ainda vive. Tudo hoje acontece num ritmo muito mais rápido, e se a decadência do Império Romano demorou 300 ou 400 anos, e a do Império Britânico menos de 100, a decadência desse centro da chamada civilização ocidental cristã, os Estados Unidos, vai ser muito mais rápida. Eu me

lembro do apogeu norte-americano com Kennedy, da força dos Estados Unidos em 1950, em 1960, e hoje vê-se um país que já começa a cair aos pedaços.

Dentro dessa perspectiva é que eu me indago como o Brasil poderia adotar uma postura mais agressiva, e como poderíamos ter uma luta mais coordenada visando a esse objetivo de construir uma civilização tropical, para que ela não seja aniquilada antes mesmo de realizar as potencialidades. Quais são as nossas perspectivas reais?

SEVERO GOMES – A sua primeira indagação é sobre a química fina. Estou convencido de que a luta contra a informática é apenas um aspecto de algo mais geral, é uma luta até preventiva para que não haja nenhuma iniciativa na área da química fina, da biotecnologia, de novos materiais. Essa é a grande questão. Algumas pessoas acham que não há nenhum desenvolvimento na informática, e que estaremos condenados ao atraso nessa área, porque a reserva de mercado restringiu a liberdade de atuação dos empresários e excluiu a contribuição das multinacionais, que poderiam nos transferir seus conhecimentos tecnológicos. Mas, na área da química fina existe a mais absoluta liberdade, e a área é dominada pelas grandes empresas multinacionais: no entanto, não se tem visto nenhum desenvolvimento tecnológico nesta área, não se desenvolve absolutamente nada. As multinacionais da área restringem-se a importar suas matérias-primas, seus fármacos, de suas matrizes, sempre superfaturando (como demonstrado nos documentos da CACEX), o que lhes permite remeter lucros antes de produzir qualquer coisa.

Hoje o Ministério da Ciência e Tecnologia está sendo ameaçado, exatamente porque está começando a esboçar programas nas áreas de tecnologia de ponta. Uma coisa é coerente com a outra: se quisermos estender uma política como a da informática a outras áreas de ponta, vamos ter os mesmos inimigos, ou o mesmo inimigo.

Quanto ao problema da juventude, sinceramente não tenho como entender bem se essa abulia está ligada, vamos dizer, às suas razões ou a outras que existam. Na medida em que um professor passasse a ter um certo tipo de vida ou de comportamento coerente com esse panorama nacional, não querendo ser um explorador da fome ou da miséria... Tivemos agora há pouco a queixa do técnico do INPE, porque os níveis de remuneração fazem com que eles migrem para a Avibrás. Quantos já migraram para fora do Brasil? Vivemos numa sociedade que tem esse desenho, que pode ser um grande obstáculo à mobilização da juventude. Mas é difícil imaginar uma sociedade diferente com essas forças, com esses valores, com as aspirações pessoais, enfim, com o desenho cultural do Brasil de hoje.

Quanto à eventual decadência americana, não gostaria de subestimar os Estados Unidos. Eles perderam a hegemonia, quer dizer, não conseguem mais gerar decisões, estão precisando fazer retaliações, ou fazerem o que fizeram em Granada (aliás, a única vitória militar americana depois da Segunda Guerra Mundial). Mas tudo isto deixa os americanos numa atitude de irascibilidade. Eles são muito fortes. O americano médio, do interior dos Estados Unidos, vive dentro

de um mundo fechado, não se questiona a respeito de nada. No seu modo de pensar, ele vive no melhor regime do mundo, no melhor país do mundo, e todos aqueles que pensam diferentemente são inimigos da civilização. A capacidade que eles têm de mobilizar – e hoje mobilizam no sentido belicista e nacionalista de uma maneira terrível – é muito grande.

Então, não subestimaria os Estados Unidos, não imaginaria que os Estados Unidos estão num nível de decadência tão grande, ainda mais se atentarmos para o que existe nas suas universidades. Somando a Europa inteira, certamente ela ainda estará muito longe daquilo que eles fazem, do dinheiro que têm, dos seus institutos de desenvolvimento. Esta é uma realidade: eles têm o domínio dessas forças e sabem usá-las.

No nosso caso, eu diria que temos um país privilegiadíssimo, que poderá amanhã mudar o curso da História. Temos uma agricultura poderosa, temos riquezas minerais, temos uma capacidade potencial de avançar com muito mais rapidez, na medida dos desafios. O que nos falta é a organização das forças políticas e sociais dentro do País. Esta é a grande questão, e é uma questão política, é a questão da região, é a questão da nação brasileira, é a questão de ter consciência de que nós podemos escolher um projeto civilizatório que venha apropriar-se desses valores e dessas riquezas para que amanhã o País não seja apenas um repetidor das coisas, mas possa ter uma presença e dar uma contribuição generosa à história da raça humana.

ANTÔNIO CARLOS GONÇALVES – Senador, acho que o senhor definiu muito bem as elites brasileiras com a história dos paraísos. No meu modo de ver, as elites brasileiras hoje têm um pacto: pode fazer tese sobre miséria, pode discutir miséria, pode fazer simpósios sobre miséria, pode até filiar-se ao Partido Comunista; só não pode mudar nada, tem de continuar tudo como está. E vejo que essas elites hoje estão encurraladas. Basta ler os jornais. Há algum tempo o seqüestro era um negócio excepcional, hoje temos um por semana; a classe média, principalmente nos grandes centros, está vivendo fortificada atrás de grades, de sistemas eletrônicos, de guardas armados. Hoje temos alguns enclaves independentes, o mais evidente dos quais é o morro Dona Marta, no Rio de Janeiro, onde nem a polícia entra. Tenho conhecimento de que, no sul do Pará, existem regiões onde nem o Exército entra.

O que vai acontecer primeiro? Qual será o desenlace dessa crise brasileira? As elites vão ser inteligentes o suficiente para repactuar com o povo, ou os novos bárbaros do morro Dona Marta vão fazer a revolução da forma deles?

SEVERO GÔMES – Há pouco tempo o Antônio Callado escreveu uma carta ao Carlos Castello Branco, que este publicou na sua coluna, em que dizia: começou a guerra urbana. E é assim que vamos ver o desenho desses acontecimentos. Dona Marta e Rocinha existem no Brasil inteiro. Lá, por uma série de circunstâncias (os enclaves dentro da grande cidade permitem outro tipo de organização), aquelas populações apoiam as lideranças da Falange Vermelha, porque é esta que lhes dá oportunidade de ganhar alguma coisa vendendo um papete de cocaína na praia. Esta é uma grande realidade.

Quando discutíamos a reforma urbana e a reforma agrária, na Assembléia Nacional Constituinte, a questão que se colocava era esta: se não se fizer nada, as invasões vão continuar, porque o cidadão que não tem onde morar vai buscar alianças, e hoje há um nível de solidariedade, de articulação muito grande dentro das diferentes áreas da sociedade, inclusive com novos fatores de mobilização, como é o caso da Igreja.

No meu entender, ou se apresenta um novo projeto de país diferente do que aí está ou as coisas vão acontecer por aí, e não sobrar um só terreno dentro das cidades, ou terra rural improdutiva, que não seja invadido: e não haverá força policial suficiente para impedi-lo. Há uma semana invadiram três fazendas no Rio Grande do Sul: mandaram para lá tropas policiais. Mas, e quando forem 30, 40, como se resolverá isso? Quer dizer, estamos realmente vivendo num mundo em ebulição, e ainda com a incompetência dos grupos dirigentes para tratar do assunto. Porque eles estão tão acostumados a resolver esses problemas com a polícia que continuam a manter esse tipo de esperança.

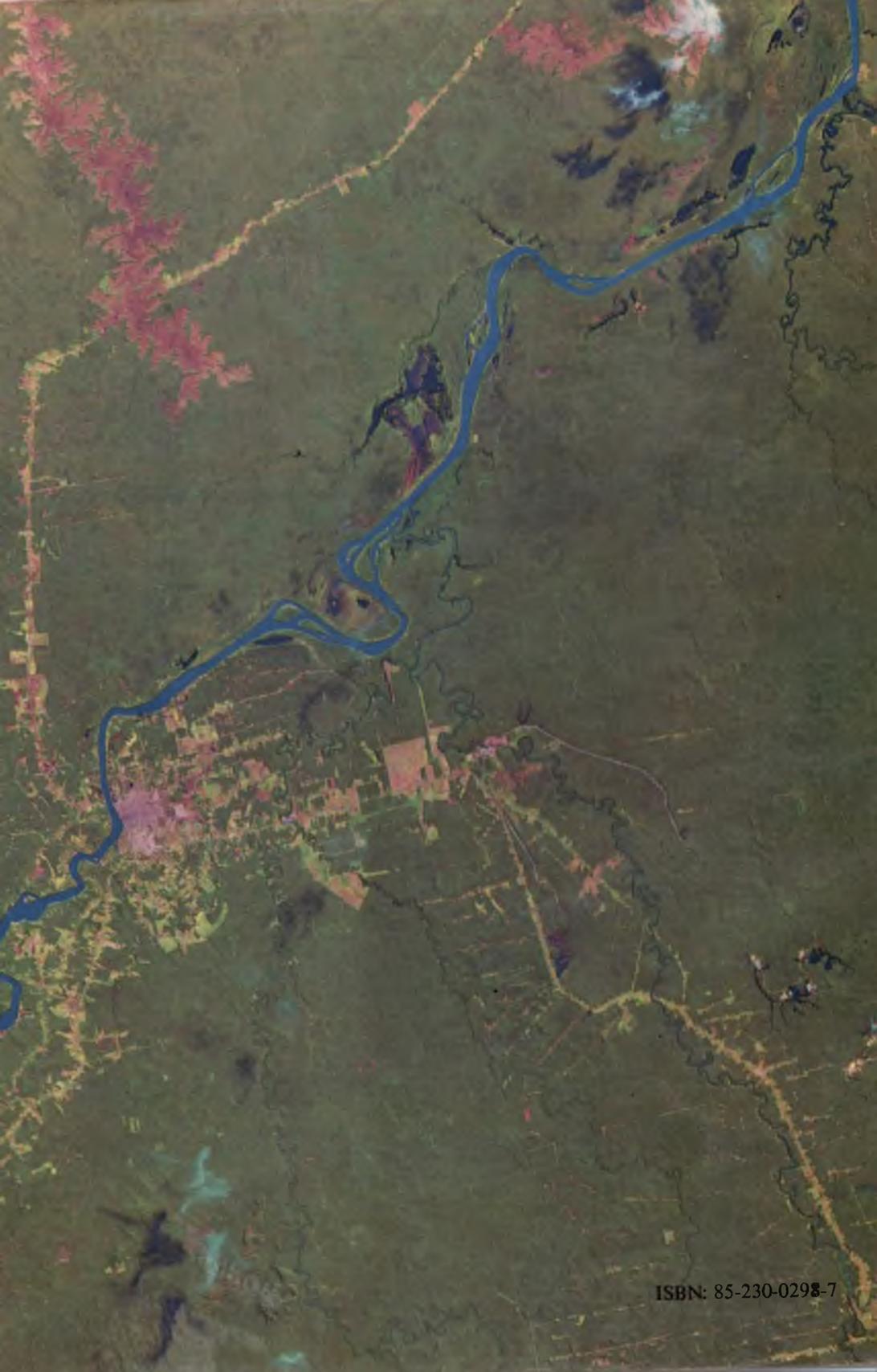
Mas os tempos hoje são muito diferentes, a sociedade é diferente, as questões têm uma gravidade muito maior, de modo que não podem ser resolvidas assim. Ou existe um projeto que venha organizar o nosso futuro, resolvendo o problema da fome, ou esperar o quê?

no trópico; a crise energética mundial e o trópico: as visões políticas e estratégicas. Importantes e originais foram as contribuições de todos que participaram dos debates enriquecendo o encontro.

O resultado final é um documento único, tanto como balanço da informação científica e tecnológica disponível, quanto como um repensar de nossa herança cultural em função da realidade física de nosso ambiente tropical.

Os trabalhos foram condensados, com uma linguagem clara e acessível, para proporcionar um balanço dos dados técnicos sobre o equilíbrio clima-água-floresta; para analisar as possibilidades concretas do modelo energético baseado na biomassa tropical e, com isso, tentar visualizar o que poderia vir a ser a civilização dos trópicos que se intuía.

CAPA: Porto Velho, Rondônia, 19 de junho de 1988. Imagem, feita pelo satélite Landsat, cedida por cortesia do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).



ISBN: 85-230-0298-7